
COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ/MF Nº 06.981.381/0001-13
NIRE 35.300.391.1449

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de março de 2018

Relatório da Administração

Piracicaba, 19 de junho de 2018

Prezados acionistas,

A administração do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“CTC” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados em reais, e contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2017, exceto quando especificado.



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício social de 2018 (calendário safra), podemos comemorar mais uma importante realização no CTC. Em linha com a nossa estratégia de criar tecnologias disruptivas que aumentem a produtividade agrícola na indústria sucroenergética, obtivemos, após rigorosa análise da CTNBio, a aprovação para uso comercial da variedade geneticamente modificada CTC 20 BT. Essa variedade de cana representa um marco na indústria sucroenergetica global. Desenvolvida pelo CTC, com tecnologia 100% brasileira, a CTC 20BT é resistente à broca da cana (*Diatraea saccharalis*), principal praga das lavouras brasileiras.

Diante da citada aprovação da CTNBio, os clientes já aderiam à nova variedade, finalizando a safra com mais de 250 hectares plantados com a CTC20BT.

Ainda com relação à CTC 20BT, a Companhia recebeu notificação da autoridade Canadense responsável pela saúde e segurança alimentar de sua população (Health Canada), concluindo que o açúcar derivado da cana de açúcar geneticamente modificada é seguro para ser consumido como alimento. O parecer favorável dessa agência reguladora, com longa experiência de avaliação dos produtos da biotecnologia, é um importante passo na obtenção de outras aprovações internacionais nos principais países importadores.

Também continuamos nossa estratégia de aceleração no desenvolvimento de novas tecnologias por meio de investimentos em P&D, com especial destaque para a construção de um portfolio de variedades geneticamente modificadas. Em linha a esta estratégia, em 28 de março de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a constituição de uma subsidiária integral nos Estados Unidos. O local escolhido para essa subsidiária foi Saint Louis, no Estado norte-americano do Missouri.

Ao longo desta safra, continuamos a expandir nossa fatia de mercado, em função, principalmente do nosso esforço comercial, do aumento das áreas de plantio no País, bem como do bom desempenho de nossas variedades e da maior oferta de mudas. Da área plantada na safra 2018/18 no Brasil, cerca de ¼ foi com variedades de cana do CTC.

Encerramos o exercício com lucro líquido de R\$ 14,3 milhões, resultado 14,4% superior ao registrado na safra anterior. Destaque para o desempenho operacional, refletindo a diferença entre as taxas de crescimento de receitas e despesas, uma vez que temos nos beneficiado de importantes aumentos de volume de vendas, ao passo que o desembolso nos projetos de P&D aproximam-se de patamar normalizado.

Encerramos este ano safra com importantes avanços. Seguimos comprometidos com o desenvolvimento da tecnologia agrícola para a cana-de-açúcar, visando o crescente ganho de produtividade dos produtores, e com o crescimento sustentável e a criação de valor para os acionistas do CTC. Agradecemos àqueles que contribuíram para que pudéssemos alcançar nossos objetivos, principalmente, os funcionários da Companhia. Agradecemos também o apoio dos acionistas, além de fornecedores e clientes, parceiros no processo de evolução do Companhia.



NOSSOS NEGÓCIOS

O CTC é uma empresa de biotecnologia que tem como principal objetivo o licenciamento de variedades de cana-de-açúcar que atendam às necessidades dos produtores. Para desenvolver os seus produtos, conta com equipe altamente especializada e capacitada em melhoramento genético e biotecnologia. A Companhia acredita que a introdução de variedades de cana geneticamente modificadas revolucionará o setor sucroenergético, promovendo salto significativo de produtividade.

Referência de pioneirismo nas inovações do setor sucroenergético, o CTC – Centro de Tecnologia Canavieira é um dos mais renomados centros de tecnologia aplicada à cana-de-açúcar do mundo. Com foco no desenvolvimento de tecnologias disruptivas da cana-de-açúcar, principalmente no melhoramento genético e na biotecnologia, o CTC busca promover o aumento da produtividade e a redução de custos no campo.

As receitas de *royalties* de licenciamento de tecnologia reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio no início do ano safra multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes.

Desde 2012, a Companhia destina aproximadamente 70% do seu orçamento anual para investimentos com pesquisa e desenvolvimento.

Calendário Safra:

Início	Término	Ano Calendário	Calendário Safra
01/Jan	31/Mar	1T	4T
01/Abr	30/Jun	2T	1T
01/Jul	30/Set	3T	2T
30/Set	31/Dez	4T	3T



DESTAQUES DO EXERCÍCIO – calendário safra 2018

- Na safra 17/18 foram plantados aproximadamente 297 mil hectares das variedades CTC, o que elevou a participação de mercado da Companhia de 21% em FY17, para 25% em FY18. A área cultivada total com variedades do CTC superou 1.200 mil hectares no exercício, aumento de 17% em relação ao FY17.
- Aumento de 100% na participação de séries *premium* no mercado, passando de 5% para 10% do faturamento anual da Companhia.
- Margem EBITDA sobre receitas líquidas de 21%, comparado a 13% no exercício anterior.
- Lucro por ação tem aumento de 10%, passando de R\$16,19 para R\$17,83.
- Os investimentos com pesquisa e desenvolvimento no FY18, de R\$ 90,5 milhões, refletem a aceleração no ritmo dos projetos de biotecnologia, compensados por menor consumo de recursos pelo projeto de etanol celulósico.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

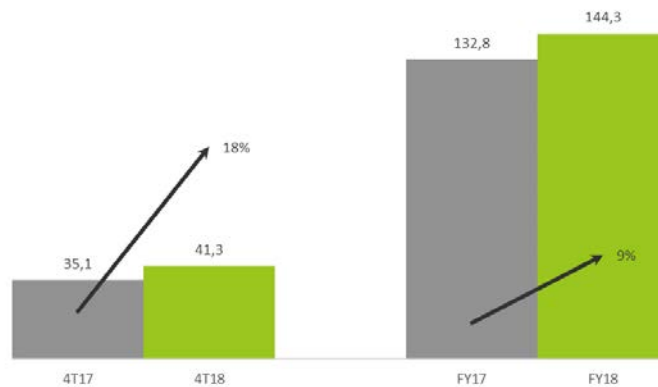
Resumo financeiro

Em R\$ milhões	4T18	4T17	FY18	FY17
Receita líquida	41,3	35,1	144,3	132,8
Custo	34,3	33,4	80,5	79,7
Custo em relação RL	83,0%	95,1%	55,8%	60,0%
Despesas operacionais	24,6	16,9	65,4	57,4
Ebitda	(3,0)	(7,3)	30,5	18,0
<i>Margem Ebitda</i>	-7,3%	-20,8%	21,1%	13,5%
Prejuízo / Lucro líquido	(8,0)	(6,2)	14,3	12,5
<i>Margem líquida</i>	-19,6%	-17,6%	9,9%	9,4%

Receita líquida

No 4T18, a receita líquida da Companhia totalizou R\$ 41,3 milhões, aumento de 17,7% em relação ao 4T17, impulsionado pela ampliação de *market share* e de preço médio praticado.

No acumulado da safra, a receita líquida aumentou 8,7% em relação ao exercício anterior, sendo que o total somou R\$ 144,3 milhões. Assim como ocorreu no último trimestre, o ganho de receita no exercício se deve ao aumento do volume de vendas, combinado com maior preço médio.



Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados

O custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados totalizou R\$ 34,3 milhões no trimestre, comparado a R\$ 33,4 milhões no 4T17 – aumento de 2,7% -, e R\$ 80,5 milhões no acumulado safra FY18, se mantendo estável em relação ao FY17.

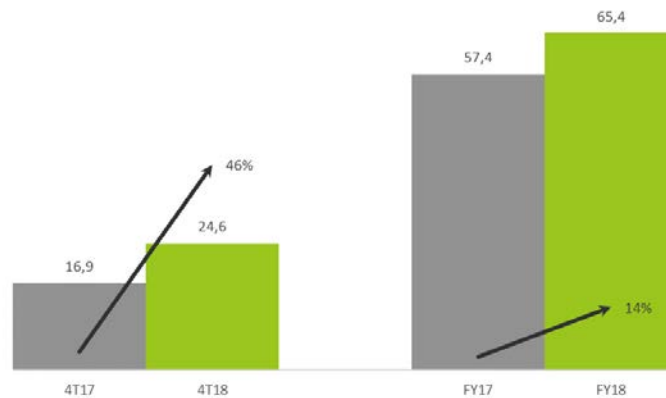
A estabilidade dos custos está em linha com a estratégia da Companhia, ao passo que o desembolso nos projetos de P&D aproximam-se do patamar desejado, após concluído o período de maiores desembolsos de pesquisas relacionadas à variedade de cana geneticamente modificada CTC 20 BT. O aumento da receita também contribuiu para a maior diluição dos custos com P&D, que representaram 62,7% da receita líquida no FY18, ante 66,5% no ano safra anterior.

Considerando o aumento da receita e simultânea estabilidade dos custos, a margem bruta no FY18 foi de 9,9%, com ganho frente à margem de 9,3% registrada no FY17.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 24,6 milhões no 4T18, 45,6% maiores do que o registrado no 4T17, de R\$ 16,9 milhões. O aumento é explicado, em grande parte, pelo registro de despesas não recorrentes, tais como a provisão para inadimplência e despesas administrativas relacionadas à estruturação da Companhia em termos de melhorias nos modelos e processos de compliance e governança corporativa, além de desenvolvimento da área comercial.

O desempenho do último trimestre se reflete também no total das despesas operacionais registrado para o ano safra 2018, que totalizou R\$ 65,5 milhões, com alta de 14,1% em comparação com o exercício anterior (R\$ 57,4 milhões). Ao mesmo tempo, o bom desempenho comercial, que proporcionou o crescimento da receita líquida, levou à maior diluição de tais despesas. Na análise vertical, considerando as despesas operacionais como percentual da receita líquida, foi registrado aumento de apenas 1,6 ponto percentual na comparação entre os FY18 e FY17, atingindo 33,7% e 32,1%, respectivamente.



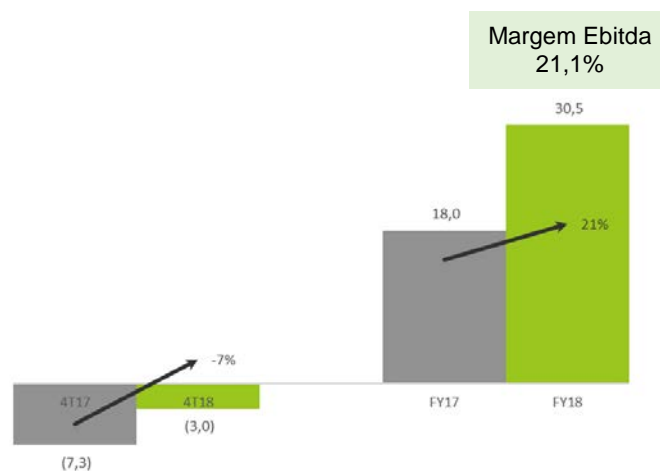
Ebitda e margem Ebitda

O aumento da receita no 4T18 em comparação com o 4T17, com ganho de rentabilidade bruta, permitiu a redução de 58,9% no valor negativo do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) no período, que passou de -R\$ 7,3 milhões no último trimestre do ano safra 2017 para -R\$ 3,0 milhões. O desempenho se deu a despeito das maiores despesas operacionais não recorrentes registradas no 4T18.

No FY18, dado o ganho de rentabilidade bruta e o desempenho das despesas operacionais, a geração operacional de caixa medida pelo Ebitda alcançou R\$ 30,5 milhões, ante R\$ 18 milhões no exercício de 2017. O aumento do Ebitda no ano foi, portanto, de 69,4%.

Com margem Ebitda sobre a receita líquida de 21,1% no FY18, a Companhia obteve ganho de margem de 7,6 pontos percentuais no ano, comparado à margem de 13,5% no exercício anterior.

A evolução positiva do Ebitda é explicada substancialmente por: (i) melhora no *mix* de variedades; (ii) reajustes de preço previstos em contrato; (iii) aumento nos hectares plantados com a tecnologia da CTC; e (iv) eficiência operacional na redução de custos, tais como serviços e materiais. Também foi determinante para o desempenho o foco dado aos investimentos direcionados para pesquisa e desenvolvimento. No período em questão, houve maior concentração em projetos com desenvolvimentos avançados, que são classificados no intangível, o que contribui para o ganho no resultado.



O cálculo utilizado pela CTC na apuração de seu Ebitda contempla a Instrução CVM 527/12, a qual visa à melhora no nível de compreensão das informações, considerando somente os valores que constam nas demonstrações contábeis.

Cálculo do Ebitda R\$ milhões	FY18	FY17	Variação %
Receita operacional líquida	144,3	132,8	11,5
Custo dos produtos vendidos	(80,5)	(79,7)	(0,8)
Lucro bruto	63,8	53,1	10,7
Despesas operacionais	(65,4)	(57,4)	(8,0)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	12,9	10,0	2,9
(+) Depreciação e amortização	19,2	12,3	6,9
Ebitda	30,5	18,0	12,5

O Ebitda não é uma medida contábil segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

Resultado financeiro

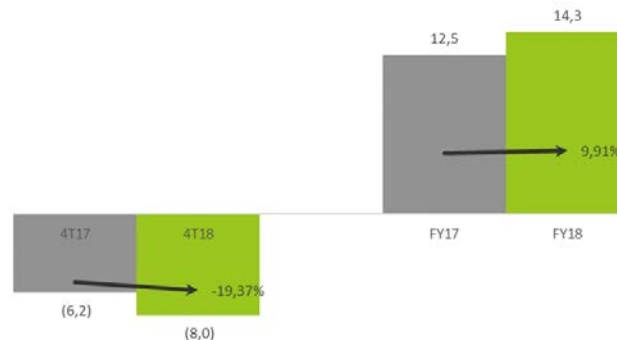
O resultado financeiro no FY18 foi positivo em R\$ 9,6 milhões, resultado de receitas financeiras de R\$ 23,2 milhões e despesas financeiras de R\$ 13,6 milhões. Comparado ao desempenho no FY17, quando foi registrado resultado financeiro líquido positivo de R\$ 21,2 milhões, houve redução de 54,9%. A diferença é explicada principalmente pelas menores receitas financeiras – diminuição de 35,9%, passando de R\$ 36,2 milhões no ano safra 2017 para R\$ 23,2 milhões em 2018 – em função da redução do caixa médio e da queda da taxa básica de juros no período. Simultaneamente, e parcialmente compensando a perda de receita líquida, foi registrado redução de 8,7% das despesas financeiras, que atingiram R\$ 13,6 milhões no FY18 ante R\$ 14,9 milhões no FY17.

Lucro líquido

No 4T18, mesmo com ganho de receita e de rentabilidade bruta, as maiores despesas operacionais registradas principalmente em razão de despesas extraordinárias realizadas no trimestre, levaram ao resultado líquido negativo de R\$ 8,0 milhões no período.

	2018	% na ROL	2017	% na ROL	Variação %
ROL	144,3		132,8		8,7%
Custo de P&D	(80,5)	-55,8%	(79,7)	-60,0%	1,0%
Lucro bruto	63,8	44,2%	53,1	40,0%	20,2%
DGA	(52,6)	-36,5%	(47,4)	-35,7%	11,0%
Outras despesas	(12,9)	-8,9%	(10)	-7,5%	29,0%
Resultado antes do financeiro	(1,7)	-1,2%	(4,3)	-3,2%	-60,5%
Receita financeira	23,2	16,1%	36,2	27,3%	-35,9%
Despesa financeira	(13,6)	-9,4%	(14,9)	-11,2%	-8,7%
Resultado financeiro líquido	9,6	6,7%	21,3	16,0%	-54,9%
Lucro antes do IR e cont. social	7,9	5,5%	17	12,8%	-53,5%
IR e cont social diferido	10,7	7,4%	4,5	3,4%	137,8%
IR e cont social corrente	(4,3)	-3,0%	(9)	-6,8%	-52,2%
Lucro líquido do exercício	14,3	9,9%	12,5	9,4%	14,4%
Lucro por ação	17,84		16,19		10,2%

No ano safra de 2018, o CTC registrou lucro líquido de R\$ 14,3 milhões, compensado com o desempenho dos períodos anteriores o resultado negativo do último trimestre do ano. Com ganho no desempenho operacional, resultado financeiro líquido positivo e registro de R\$ 10,7 milhões a título de imposto de renda e contribuição social diferido, o resultado do FY18 representa aumento de 14% em relação ao exercício de 2017, quando foi registrado lucro líquido de R\$ 12,5 milhões.



Investimentos

No 4T18, o investimento alocado ao imobilizado e intangível totalizou R\$ 14,4 milhões, aumento de 3% em relação ao 3T17.

No exercício, o total investido em projetos em fase avançada de desenvolvimento e, conseqüentemente, tais dispêndios alocados no ativo intangível foi de R\$ 45,2 milhões, o que representa redução de 7% comparado com FY17.

Devido ao grande investimento em desenvolvimento tecnológico, a Companhia se beneficia da Lei do Bem, que criou concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que destinarem seus investimentos a P&D.

Endividamento

A Companhia possui acesso a linhas de crédito diferenciadas de instituições financeiras e órgãos de fomento, dado o caráter de pesquisa e inovação que envolvem as suas atividades. Com caixa e equivalentes de caixa em montante superior à dívida bruta, em 31 de março de 2018 o CTC registrava dívida líquida negativa (caixa líquido) de R\$ 39,8 milhões. Comparado à posição de encerramento do FY17, houve redução do caixa líquido em R\$ 16,9 milhões. A variação é explicada pelo início dos pagamentos de linhas de crédito.

Demonstrações de valor adicionado – DVA

R\$ mil	2018	2017
Receitas de vendas, produtos e outras receitas	144,8	139,9
Insumos adquiridos de terceiros	(56,5)	(62,8)
Valor adicionado bruto	88,3	77,1
Depreciação e amortização	(18,7)	(12,4)
Valor adicionado produzido pela Companhia	69,6	64,7
Receitas financeiras e outras	25,3	32,6
Valor total a distribuir	95,0	97,3

Distribuição do valor adicionado	2018	2017
Pessoal	57,8	52,0
Impostos, taxas e contribuições	9,2	18,0
Remuneração de capital de terceiros	13,6	14,8
Remuneração de capital de próprio	14,3	12,5

Tendo como base suas atividades operacionais, a Companhia produziu o valor adicionado de R\$ 95,0 milhões, distribuídos no decorrer do exercício, o que representa taxa de agregação de valor de 65,6% sobre a receita bruta.

Isso indica que, de cada R\$ 1,00 recebido pela Companhia em função de suas atividades no ano safra de 2018, R\$ 0,656 foi distribuído na sociedade, entre os funcionários (na forma de salários, benefícios e FGTS), as instâncias municipais, estaduais e federal do governo (na forma de impostos, taxas e contribuições), terceiros (na forma de juros) e os acionistas (na forma de dividendos e lucros retidos na Companhia).



Audidores Independentes – Instrução CVM 381/2003

Em conformidade com a instrução CVM nº 381/03, a administração da Companhia tem como procedimento assegurar-se de que a prestação de outros serviços pelos auditores não venham a gerar conflito de interesses e afetar a independência e a objetividade necessária aos serviços de auditoria independente.

A KPMG Auditores Independentes Sociedade Simples é a empresa que presta os serviços de auditoria externa relacionadas aos exames das demonstrações financeiras do CTC Centro de Tecnologia Canavieira S.A. referente ao exercício de 2018.

No decorrer do exercício, foi contratado da mesma empresa de auditoria independente, estudo relativo à estruturação e impactos tributários da subsidiária integral do CTC criada nos Estados Unidos. A independência do auditor externo no exame das demonstrações financeiras foi preservada, uma vez que não há conflito de interesses nos trabalhos executados. Para esse serviço de consultoria foi pago para a KPMG Auditores Independentes o valor de R\$ 113 mil, o que corresponde a 37% do valor total pago a título de serviços de auditoria externa no exercício.



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1.401 a 1.405, 1.409 e 1.410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva do
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 01 - Bairro Santo Antonio
Piracicaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. em 31 de março de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na



seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Avaliação de perda ao valor recuperável (“*impairment*”) de Ativo imobilizado e Intangível (Notas explicativas de nº 6d, 14 e 15)

Parte substancial dos ativos da Companhia está representada por ativos imobilizados e intangíveis sujeitos a análise de recuperabilidade (“*impairment*”). A Companhia identificou indicadores e efetuou a avaliação de *impairment* desses ativos, a qual envolve premissas e julgamentos críticos na determinação do valor recuperável dos ativos. Em função da relevância dos montantes envolvidos, do nível de subjetividade dos julgamentos realizados pela Companhia e seus especialistas na avaliação do valor recuperável desses ativos e do possível impacto que eventuais alterações nas premissas associadas a esses julgamentos poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável disponibilizados pela Companhia.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas, os critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) e a metodologia utilizada pela Companhia e comparamos com dados disponíveis no mercado e com as premissas aprovadas pelo Conselho de Administração para a projeção de fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e, comparamos o orçamento aprovado para o exercício findo em 31 de março de 2018 com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros.



Efetuamos a conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados e confrontamos com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração.

Também avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, principalmente aquelas relativas às premissas adotadas no cálculo do valor recuperável dos ativos.

Com base nos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos imobilizado e intangível, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018.

2 - Gastos com Ativo Intangível (Notas explicativas de nº 6c(i) e 15)

O negócio em que a Companhia está inserida requer que sejam efetuados investimentos relevantes no desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto for técnica e economicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e vender o ativo. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para determinar se os referidos gastos atendem à definição de ativo intangível e se os critérios para reconhecimento e mensuração estão sendo cumpridos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave da Companhia relacionados aos projetos de desenvolvimento, incluindo os critérios para: i) a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo intangível e custos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos diretamente no resultado; ii) a avaliação da Companhia da probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros; e iii) a mensuração confiável do custo do ativo.

Também avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização, bem como avaliamos, em base amostral, a documentação suporte dos gastos considerados e se os critérios determinados para a capitalização de custos de desenvolvimento foram atendidos. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, principalmente as relativas às políticas de capitalização.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que, no tocante à capitalização dos gastos, o saldo dos ativos intangíveis e suas respectivas divulgações são



aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomados em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018.

3 – Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes (Notas explicativas de nº 6a(i), 10 e 27d)

A avaliação do reconhecimento e mensuração sobre a determinação da perda por redução ao valor recuperável (provisão) do contas a receber de clientes envolve premissas e julgamentos críticos por parte da Companhia, que incluem a avaliação da capacidade financeira do cliente em cumprir com as obrigações junto à Companhia, análises de fatores internos e externos relacionados à situação econômica do setor e acordos financeiros firmados com os clientes, conforme metodologia e critérios estabelecidos em sua política interna. Em função da relevância dos montantes envolvidos, do nível de subjetividade dos julgamentos realizados pela Companhia na avaliação desses ativos e do possível impacto que eventuais alterações nas premissas associadas a esses julgamentos poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho dos controles internos relevantes sobre o processo de determinação da perda por redução ao valor recuperável, bem como o entendimento das políticas contábeis e sua aplicação para os contratos firmados com clientes.

Avaliamos, a razoabilidade dos critérios e premissas utilizados na mensuração e reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes, em especial para os clientes com indícios de perdas incorridas conforme política interna da Companhia. Confrontamos o saldo contábil do contas a receber de clientes com o registro financeiro e testamos a precisão das informações relacionadas a idade do contas a receber de clientes “*aging list*”, comparando com informações disponíveis no mercado relacionadas à situação financeira dos clientes, bem como avaliamos a razoabilidade da metodologia definida em sua política interna. Efetuamos também o recálculo matemático do saldo da perda por redução ao valor recuperável com base nas premissas estabelecidas na política da Companhia e avaliamos a adequação da divulgação efetuada nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo do contas a receber de clientes e suas respectivas divulgações, é aceitável no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada



como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude



ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e



comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto 19 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027666/F

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Caixa equivalentes de caixa	8	157.295	193.975	Fornecedores	16	10.508	14.666
Contas a receber	10	30.907	37.147	Empréstimos e financiamentos	19	46.291	45.887
Estoques		232	222	Impostos e contribuições a recolher		1.987	1.743
Impostos a recuperar	11	202	525	Salários, férias e encargos a pagar	17	23.435	19.181
Ativo biológico		820	1.031	Receitas a auferir	18	2.930	2.930
Ativo fiscal corrente		6.016	3.281	Outras contas a pagar		323	452
Outras contas a receber	12	1.443	90.789				
Total do ativo circulante		196.915	326.970	Total do passivo circulante		85.474	84.859
Instrumentos financeiros	9	73.565	91.000	Fornecedores	16	1.655	3.735
Contas a receber	10	16.059	14.764	Empréstimos e financiamentos	19	144.733	182.354
Outras contas a receber	12	98.629	7.243	Provisão para processos judiciais	20	434	500
Impostos a recuperar	11	10.781	11.735	Total do passivo não circulante		146.822	186.589
Ativo fiscal diferido	13	36.811	26.134	Patrimônio líquido	21		
Total do realizável a longo prazo		235.845	150.876	Capital social		556.550	556.550
Imobilizado	14	132.381	137.225	Prejuízos acumulados		(731)	(15.040)
Intangível	15	222.974	197.887	Total do patrimônio líquido		555.819	541.510
Total do ativo não circulante		355.355	335.112	Total do passivo		232.296	271.448
Total do ativo		788.115	812.958	Total do passivo e patrimônio líquido		788.115	812.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais)

Receita operacional
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados

Lucro bruto

Despesas administrativas e com vendas
Outras receitas (despesas) operacionais

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos

Receitas financeiras
Despesas financeiras

Financeiras líquidas

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos
Imposto de renda e contribuição social correntes

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	<u>14.309</u>	<u>12.531</u>
Resultado abrangente total	<u><u>14.309</u></u>	<u><u>12.531</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2016	456.897	(27.571)	429.326
Integralização de capital	99.653	-	99.653
Lucro líquido do exercício	-	12.531	12.531
Saldos em 31 de março de 2017	556.550	(15.040)	541.510
Lucro líquido do exercício	-	14.309	14.309
Saldos em 31 de março de 2018	556.550	(731)	555.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		14.309	12.531
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	14 e 15	18.718	12.413
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	27d / 25	15.100	6.387
(Reversão) Provisão para processos judiciais	20	(66)	500
Provisões de juros		8.180	7.784
Resultado na venda / baixa de ativo imobilizado		1.574	4.378
Perda por desvalorização (<i>impairment</i>)	15e	17.467	14.975
Imposto de renda e contribuição social diferido		(6.389)	4.482
Outras Provisões		-	797
		<hr/>	<hr/>
Total dos ajustes		68.893	64.247
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em contas a receber		(13.534)	(12.493)
(Aumento) em estoques		(10)	(35)
(Aumento) em impostos a recuperar e ativo fiscal corrente		(1.458)	(6.435)
(Aumento) em outras contas a receber		(2.040)	(1.738)
(Redução) aumento em fornecedores		(6.238)	522
Aumento em impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente		887	517
Aumento em salários, férias e encargos a pagar		4.254	2.613
(Redução) em outras contas a pagar		(129)	(1.587)
		<hr/>	<hr/>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		50.625	45.611
Impostos pagos		(4.931)	(6.400)
Juros pagos		(7.942)	(7.707)
		<hr/>	<hr/>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		37.752	31.504
Regastes de instrumentos financeiros		17.435	27.255
Aquisições de imobilizado	14	(12.756)	(16.894)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado		3.379	-
Ativo biológico		211	(1.031)
Intangível	15	(45.246)	(48.730)
		<hr/>	<hr/>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(36.977)	(39.400)
Integralização de capital		-	86.583
Empréstimos tomados		-	29.323
Empréstimos pagos		(37.455)	(30.663)
		<hr/>	<hr/>
Fluxo de caixa líquido decorrentes das atividades de financiamentos		(37.455)	85.243
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(36.680)	77.347
Caixa e equivalentes de caixa do início do exercício		193.975	116.628
Caixa e equivalentes de caixa do fim do exercício		157.295	193.975
		<hr/>	<hr/>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(36.680)	77.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas		144.847	139.896
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24	157.280	142.364
Outras receitas	24	2.667	3.919
Provisão para devedores duvidosos	27d	(15.100)	(6.387)
Insumos adquiridos de terceiros		(56.494)	(62.748)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(11.690)	(25.862)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(27.337)	(21.911)
Perda por desvalorização (<i>impairment</i>)	15e	(17.467)	(14.975)
Valor adicionado bruto		88.353	77.148
Depreciação e amortização	14 e 15	(18.718)	(12.413)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		69.635	64.735
Valor adicionado recebido em transferência		25.394	32.568
Receitas financeiras	26	23.177	36.155
Outras		2.217	(3.587)
Valor adicionado total a distribuir		95.029	97.303
Distribuição do valor adicionado		(95.029)	(97.303)
Pessoal		(57.881)	(51.989)
Remuneração direta		(35.535)	(32.176)
Benefícios		(18.675)	(16.960)
F.G.T.S.		(3.671)	(2.853)
Impostos, taxas e contribuições		(9.239)	(17.972)
Federais - PIS / COFINS		(15.612)	(13.359)
Federais - Imposto de renda e contribuição social		6.389	(4.482)
Municipais		(16)	(131)
Remuneração de capitais de terceiros		(13.600)	(14.811)
Juros e despesas bancárias		(12.908)	(14.352)
Outras		(692)	(459)
Remuneração de capital próprio		(14.309)	(12.531)
Lucro líquido exercício		(14.309)	(12.531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A “Companhia”, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Fazenda Santo Antônio, s/nº, Santo Antônio, Piracicaba, SP. A Companhia tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias disruptivas.

Até janeiro de 2011, a Companhia foi regida segundo a legislação brasileira, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por meio da Ata Geral de Transformação realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, visou atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, para manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroalcooleira mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhidas foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas que possam trazer substanciais ganhos de produtividade ao setor, como as sementes artificiais e o etanol celulósico, cuja planta de demonstração iniciou operações no ano-safra 14/15.

Em linha com a nossa estratégia de criar tecnologias disruptivas que aumente a produtividade agrícola na indústria sucroenergética, obtivemos, após rigorosa análise da CTNBio, a aprovação da variedade geneticamente modificada CTC 20 Bt. Essa variedade representa um marco na indústria sucroenergetica global. Desenvolvida com tecnologia 100% brasileira pela Companhia, a CTC 20 Bt é resistente à broca da cana (*Diatraea saccharalis*), principal praga das lavouras brasileiras.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas vêm através de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades, e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos seus acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos.

Em 24 de agosto de 2016, foram deferidos os pedidos da Companhia de registro de emissor na Categoria "A", pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e de listagem e admissão a negociação das ações de emissão da Companhia no segmento denominado Bovespa Mais, pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

Em 28 de março de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a constituição de uma subsidiária integral nos Estados Unidos. O local escolhido para essa subsidiária foi Saint Louis, no Estado norte-americano do Missouri.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo conselho em 06 de junho de 2018.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. As estimativas das revisões são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber);
- **Nota 15** - Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível);
- **Nota 27** - Instrumentos financeiros; e
- **Nota 30** - Arrendamentos mercantis operacionais.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6.b (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 6.c (iii)** - Vida útil do intangível;
- **Nota 13** - Ativo fiscal diferido; e
- **Nota 20** - Provisão para processos judiciais.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Financial Officer* “CFO”.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - Contas a receber;
- **Nota explicativa 19** - Empréstimos e financiamentos; e
- **Nota explicativa 27** - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais; os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber outros recebíveis

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Capital social

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Taxa média ponderada anual</u>	
	2018	2017
Máquinas e equipamentos	13%	15%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de informática	31%	20%
Veículos	23%	20%
Edifícios e benfeitorias	5%	5%
Benfeitorias em imóveis de terceiros - Finep	7%	7%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

(i) *Projetos de pesquisa & desenvolvimento*

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) *Software*

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(iii) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

<i>Software</i>	5 anos
<i>Projetos de pesquisa & desenvolvimento</i>	12 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As receitas de *royalties* atuais são decorrentes de variedades de cana-de-açúcar que foram desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima que ocorreu em 2011. Até então, a Companhia era uma entidade sem fins lucrativos e não mantinha controles efetivos para reconhecimento do intangível, portanto todos os gastos eram alocados ao resultado do exercício.

A partir deste exercício iniciou-se a amortização dos projetos levando em conta o prazo máximo o tempo de vigência da patente, 15 anos.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, com exceção da provisão para créditos de liquidação duvidosa que segue a política da Companhia.

h. Receita operacional

(i) Receitas de royalties

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros, *royalties* e dividendos, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como “receitas diferidas” no passivo circulante.

(ii) Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia Chief Executive Officer “CEO” para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento operacional de negócio: Melhoramento genético conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

l. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação.

m. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

n. Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

7 Novas IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretações de informações financeiras IASB) aplicáveis as demonstrações financeiras

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2018. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2018) e substitui as orientações existentes na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38). A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 (CPC 48) com base em sua posição em 31 de março de 2018 ocorridas na safra 2018/19 no âmbito da IAS 39 (CPC 48). De forma geral, a Administração não identificou nenhum impacto relevante para as operações da Companhia

A Companhia adotará a IFRS 9 (CPC 48) em suas demonstrações financeiras para o exercício findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

(i) **Classificação - Ativos Financeiros**

A IFRS 9 (CPC 48) contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 (CPC 48) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de março de 2018, teriam um impacto significativo na contabilização de aplicação financeira, duplicatas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos financeiros.

Em 31 de março de 2018, a Companhia não tinha investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda. Quando da adoção da IFRS 9 (CPC 48), caso a Companhia venha a ter ativos com a referida classificação, o Companhia poderá decidir então classificá-los como VJORA ou VJR.

(ii) **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), as perdas estimadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com uma componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável tendem a aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9 (CPC 48), caso o ambiente econômico que os clientes da Companhia estão inseridos não se recupere ou se mantenha em patamares abaixo do Grau de Investimento.

A Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9 (CPC 48), assim nenhuma expectativa quantitativa foi apurada.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 (CPC 48) exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A Empresa está efetuando uma avaliação preliminar e estará preparado para atender aos novos requisitos da IFRS 9 (CPC 48), quando da sua adoção.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2018) e substituirá as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no IAS 18 / CPC 30 - Receitas, IAS 11/ CPC 17 - Contratos de Construção e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia adotará a IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras para o exercício findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras, conforme abaixo demonstrado:

(i) **Venda de produtos**

A Companhia reconhece as receitas apenas quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente. Dessa forma, não identificamos até o momento ajustes materiais no reconhecimento da receita para essa modalidade de venda, contudo, certos contratos com clientes possuem compromissos que a Companhia irá reconhecer como ativo uma vez que espera recuperar esses custos, de acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Assim, não é esperada alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimentos das receitas com a adoção da referida nova norma contábil.

(ii) **Venda de royalties**

A Companhia reconhece as receitas com royalties sobre as variedades de cana-de-açúcar, utilizando-se do método linear, tendo como base o plantio multiplicado pelo valor definido em contrato firmado entre as partes. O faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra, caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado como “receitas diferidas” no passivo circulante.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos - ainda sem CPC corresponde)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2019). A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de terras, máquinas e veículos. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC, além das citadas acima, que entraram em vigor e que se espera que tenham um impacto significativo sobre a Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a nova norma IFRS 16.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	37	229
Aplicações financeiras (*)	<u>157.258</u>	<u>193.746</u>
	<u><u>157.295</u></u>	<u><u>193.975</u></u>

(*) As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

9 Instrumentos financeiros

	2018	2017
Aplicações financeiras	<u>73.565</u>	<u>91.000</u>
	<u><u>73.565</u></u>	<u><u>91.000</u></u>

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não se aplicam aos critérios de caixa e equivalentes.

10 Contas a receber

	2018	2017
Clientes	23.386	29.540
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	<u>52.425</u>	<u>43.093</u>
Total (nota explicativa nº 27)	<u><u>75.811</u></u>	<u><u>72.633</u></u>
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - partes relacionadas	(13.456)	(8.572)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(15.390)</u>	<u>(12.150)</u>
Total (nota explicativa nº 27)	<u><u>(28.845)</u></u>	<u><u>(20.722)</u></u>
Circulante	30.907	37.147
Não circulante	16.059	14.764

Representado substancialmente por saldos a receber referentes ao licenciamento de variedades. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 27.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

11 Impostos a recuperar

	2018	2017
IRRF sobre aplicação	5.798	6.882
ICMS sobre importações a recuperar	2.560	2.560
PIS/COFINS	2.581	2.768
Outros impostos a recuperar	44	50
	<u>10.983</u>	<u>12.260</u>
Ativo circulante	202	525
Ativo não circulante	10.781	11.735

12 Outras contas a receber

	2018	2017
Despesas antecipadas (i)	8.034	7.244
Aumento de capital (ii) - (nota explicativa nº 28)	90.595	90.595
Outros contas a receber	1.443	193
	<u>100.072</u>	<u>98.032</u>
Ativo circulante	1.443	90.789
Ativo não circulante	98.629	7.243

- (i) As despesas antecipadas são caracterizadas pela entrega de mudas para multiplicação de variedades em clientes para aumento do *market share* da Companhia. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme contrato assinado com o cliente.
- (ii) Em 07 de dezembro de 2016 o Conselho da Administração deliberou pelo aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 99.654, com a emissão de 41.869 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do referido montante, houve a integralização parcial de R\$ 9.059 até 31 de março de 2017, correspondente a 3.806 ações, o que resultou em prorrogação do prazo de subscrição das ações faltantes, conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia. Em 03 de abril de 2017, na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foi prorrogado para 02 de maio de 2017 o prazo para subscrição das 38.063 ações referentes ao aumento de capital, porém não ocorreu a integralização e não houve nova deliberação do prazo para a subscrição das referidas ações, razão pela qual a Companhia reclassificou para o ativo não circulante deu início ao processo de arbitragem. Atualmente o referido termo de arbitragem encontra-se assinado pelos árbitros, e pelas partes, sendo que o CTC apresentou as alegações iniciais.

13 Ativo fiscal diferido

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apresentados no ativo não circulante foram apurados sobre prejuízos fiscais e base negativa, com realização quando da apuração de lucros futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, atentando para diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

	2016	Reconhecidos no resultado	2017	Reconhecidos no resultado	2018
Prejuízo fiscal e base negativa	13.292	(3.939)	9.353	(1.881)	7.472
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.874	2.171	7.045	2.762	9.807
Perda por desvalorização (<i>impairment</i>)	-	5.091	5.091	5.939	11.030
Provisão participação nos lucros	3.192	760	3.952	1.072	5.024
Diferenças temporárias	<u>252</u>	<u>441</u>	<u>693</u>	<u>2.785</u>	<u>3.478</u>
Imposto diferido líquido	<u>21.610</u>	<u>4.524</u>	<u>26.134</u>	<u>10.677</u>	<u>36.811</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2018	2017
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>7.920</u>	<u>17.013</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(2.693)	(5.784)
Adições e exclusões permanentes (i)	<u>9.082</u>	<u>1.302</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u><u>6.389</u></u>	<u><u>(4.482)</u></u>
Alíquota efetiva	45%	26%
Imposto diferido	10.677	4.524
Imposto corrente	(4.288)	(9.006)

- (i) As exclusões no montante R\$ 7.541 referem-se A Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

14 Imobilizado

Custo ou custo atribuído:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias imóveis terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
Saldo em 31 de março de 2016	25.380	3.024	5.228	9.940	-	16.849	2.002	98.215	-	-	160.638
Adições	3.194	209	447	8.664	-	-	-	6.022	3.025	2.560	24.121
Baixas	(2.880)	(621)	(1.702)	(1.665)	-	-	-	(12.417)	-	-	(19.285)
Transferências	85.607	185	17	(2.113)	1.571	5.214	-	(88.426)	(3.025)	-	(970)
Saldo em 31 de março de 2017	111.301	2.797	3.990	14.826	1.571	22.063	2.002	3.394	-	2.560	164.504
Adições	3.472	177	439	856	129	-	-	5.486	1.091	1.106	12.756
Baixas	-	-	-	(3.593)	-	-	-	-	(1.091)	-	(4.684)
Transferências	-	32	-	-	-	-	-	(32)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	114.773	3.006	4.429	12.089	1.700	22.063	2.002	8.848	-	3.666	172.576
Depreciação:											
Saldo em 31 de março de 2016	(7.207)	(1.176)	(3.407)	(4.683)	-	(5.339)	-	-	-	-	(21.812)
Depreciação no exercício	(5.486)	(312)	(711)	(2.340)	(15)	(1.181)	-	-	-	-	(10.045)
Baixa de depreciação	1.633	446	1.448	1.051	-	-	-	-	-	-	4.578
Transferência de depreciação	(713)	-	-	705	-	8	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	(11.773)	(1.042)	(2.670)	(5.267)	(15)	(6.512)	-	-	-	-	(27.279)
Depreciação no exercício	(9.895)	(255)	(799)	(3.564)	(104)	(1.409)	-	-	-	-	(16.026)
Baixas	-	-	-	3.110	-	-	-	-	-	-	3.110
Saldo em 31 de março de 2018	(21.668)	(1.297)	(3.469)	(5.721)	(126)	(7.918)	-	-	-	-	(40.195)
Saldo em 31 de março de 2017	99.528	1.755	1.320	9.559	1.556	15.551	2.002	3.394	-	2.560	137.225
Saldo em 31 de março de 2018	93.105	1.709	960	6.368	1.581	14.145	2.002	8.848	-	3.666	132.381

Ativos penhorados

Em 31 de março de 2018, a Companhia não possui bens que estão sujeitos à penhora para garantia.

Revisão da vida útil

A Companhia revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados.

A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 6.b (iii).

Bens de terceiros - FINEP

A Companhia possui com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos contratos relacionados ao desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes.

Conforme contrato, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos serão de propriedade da Companhia. Caso não haja aprovação da prestação de contas a Companhia possui o dever de restituir o FINEP pelos recursos transferidos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

15 Intangível

	Software	Custos com pesquisa & desenvolvimento	Total
Saldo em 31 de março de 2016	11.771	160.371	172.142
Adições	345	48.385	48.730
Baixas / <i>impairment</i> (i)	-	(16.715)	(16.715)
Transferencia	970	-	970
Saldo em 31 de março de 2017	13.086	192.041	205.127
Adições	578	44.668	45.246
Perda por desvalorização(<i>impairment</i>) (e)	-	(17.467)	(17.467)
Saldo em 31 de março de 2018	13.664	219.242	232.906
Amortização			
Saldo em 31 de março de 2016	(4.872)	-	(4.872)
Amortização do exercício	(2.017)	(351)	(2.368)
Saldo em 31 de março de 2017	(6.889)	(351)	(7.240)
Amortização do exercício	(2.010)	(682)	(2.692)
Saldo em 31 de março de 2018	(8.899)	(1.033)	(9.932)
Saldo em 31 de março de 2017	6.197	191.690	197.887
Saldo em 31 de março de 2018	4.766	218.208	222.974

- (i) No exercício de 31 de março de 2017, o montante decorrente de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme nota explicativa (e), foi de R\$ 14.975, o restante refere-se a baixas de outros projetos.

As adições e baixas do exercício referem-se a três projetos relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para o setor sucroenergético.

	2017	Adições	Baixa	2018
Projetos de melhoramento convencional (a)	87.853	14.246	-	102.099
Projetos de melhoramento transgênico (b)	69.236	30.422	-	99.658
Projetos etanol celulósico (c)	34.952	-	(17.467)	17.485
Total	192.041	44.668	(17.467)	219.242

A política de capitalização da Companhia é feita com base no seguinte mecanismo:

- Prova de conceito e pesquisa aplicada (FASE 1), a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento, o potencial de aplicação no mundo real, a definição de protocolos e protótipo e laboratório.
- Desenvolvimento precoce (FASE 2), a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *start-ups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Desenvolvimento avançado (FASE 3), a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Pré lançamento (FASE 4), a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, o detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

A Fase 3 é a que está na rubrica de intangível, pois, como é de desenvolvimento avançado já existe uma expectativa de realização e efetivação de receitas. Esta metodologia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

a. Projetos melhoramento convencional

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

b. Projetos melhoramento genético com emprego de biotecnologia (transgênicos)

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

A partir de 2018 o CTC pretende lançar variedades de cana geneticamente modificada, tais como:

- **Cana resistente a insetos, com maior** produtividade e demandando menor uso de inseticidas, além da economia também de mão-de-obra, máquinas, combustível e água. No futuro, essa característica virá associada à **tolerância a herbicidas**, expandindo os ganhos ambientais, econômicos e a simplicidade de manejo da operação.
- As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

c. Projetos etanol celulósico

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC investiu no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de 2ª geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semicomercial (demonstração). A expectativa é comercializá-lo dentro dos próximos 3 a 5 anos.

Um dos diferenciais do processo sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação, maiores detalhes veja item (e).

d. Sementes artificiais

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana de açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos através da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, através dos quais se conseguem gerar plantas idênticas à planta mãe, ou seja, a planta que forneceu o tecido para produção da semente), em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo, encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário e em um futuro afetará a conta de intangível.

e. Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação ao projeto de Etanol Celulósico.

O valor contábil de custos com desenvolvimento em 31 de março de 2018 inclui R\$ 51.667 relacionados a desenvolvimento do projeto de Etanol Celulósico. Considerando que a administração julga que o risco do projeto vem aumentando devido ao custo de produção do etanol e situação financeira do setor, o que prejudica a aquisição de plantas industriais, foi realizado o teste por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável, que inclui tais custos de desenvolvimento (Projeto de etanol celulósico - E2G) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso), considerando o risco do projeto e andamento e utilizando uma taxa de desconto real antes dos impostos de 8,3% (7,5% em 31 de março de 2017), a Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital (WACC) como ponto de partida para determinar a taxa de desconto. O valor recuperável estimado foi menor que o seu valor contábil e, portanto, foi necessário efetuar a provisão para redução ao valor recuperável em 31 de março de 2018, no montante de R\$ 17.467 (R\$ 14.975 em 31 de março de 2017).

Apesar dos riscos citados acima, a Administração considera possível que o produto tenha mercado dentro de um prazo de 4 anos, motivo o qual não considerou um *impairment* total do projeto.

A perda por redução ao valor recuperável relacionados ao projeto está incluída no resultado do exercício na rubrica de “Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados”, vide Nota Explicativa nº 25.

16 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	2018	2017
Fornecedores nacionais	12.152	15.363
Fornecedores estrangeiros	11	3.038
	<u>12.163</u>	<u>18.401</u>
Passivo circulante	10.508	14.666
Passivo não circulante	1.655	3.735

17 Salários, férias e encargos a pagar

	2018	2017
Provisão de férias e encargos	5.035	4.656
Provisão de 13º salário e encargos	988	975
Participação no programa de gestão por metas	14.775	11.622
INSS a recolher	1.056	1.182
IRRF sobre salários	493	508
FGTS a recolher	239	235
Outros	849	3
	<u>23.435</u>	<u>19.181</u>

18 Receitas a auferir

	2018	2017
Receitas a auferir (i)	<u>2.930</u>	<u>2.930</u>
Total	<u>2.930</u>	<u>2.930</u>

- (i) Receitas a auferir corresponde aos valores recebidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para o desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes. Com base na evolução da execução dos projetos utilização de ativos e respectivas prestações de contas, os valores serão alocados ao resultado como receita.

Em função da transformação de sociedade mencionado na Nota Explicativa nº 1, o convenio firmado com FINEP foi finalizado. Os saldos referentes aos projetos do FINEP no montante de R\$ 2.930 estão aguardando aprovação das respectivas prestações de contas para conclusão e destinação dos saldos dos projetos.

19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
			de	até		2018	2017
Finame	R\$	3,6% a.a	2013	2021	Alienação fiduciária de ativo Imobilizado	394	618
FINEP	R\$	4% a.a	2015	2022	Fiança bancária (1,9%)	148.454	177.868
BNDES	R\$	3,5% a.a	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	33.520	39.615
BNDES	R\$	TJLP	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	8.656	10.140
						<u>191.024</u>	<u>228.241</u>
Passivo circulante						46.291	45.887
Passivo não circulante						144.733	182.354

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano safra de vencimento:

Ano safra de vencimento	2018	2017
Até 12 meses	46.291	45.887
Entre 13 a 24 meses	37.120	36.775
Entre 25 a 36 meses	40.975	36.660
Entre 37 a 48 meses	35.485	40.368
Entre 49 a 60 meses	28.113	35.009
Acima de 60	3.040	33.542
	<u>191.024</u>	<u>228.241</u>

Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia não está sujeita em seus contratos de empréstimos e financiamentos ao cumprimento de índices financeiros.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Fluxo de caixa						2018
	2017	Captações	Juros incorridos	Pagamentos	Juros pagos	Transferências	
Empréstimos e financiamentos	228.241	-	8.180	37.455	7.942	-	191.024
Circulante	45.887	-	8.180	37.455	7.942	37.597	46.267
Não circulante	182.354	-	-	-	-	(37.597)	144.757
Total	<u>228.241</u>	<u>-</u>	<u>8.180</u>	<u>37.455</u>	<u>7.942</u>	<u>-</u>	<u>191.024</u>

20 Provisão para processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2018, foi provisionado o montante de R\$ 434 (R\$ 500 em 31 de março de 2017), o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuado na conta de despesas administrativas e com vendas.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a processos judiciais classificados como possível, sendo as naturezas Tributária Federal, atualizado por Selic no decorrer do exercício, no montante de R\$ 54.724 (R\$ 37.339 em 31 de março de 2017), e trabalhista, no montante de R\$ 1.573 (R\$ 739 em 31 de março de 2017), em diversas fases do rito processual.

21 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 556.550 (idêntico em 31 de março de 2017), representado por 801.870 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. Destas ações o montante de 38.063 ações não foram integralizadas, conforme nota explicativa 12 (ii).

Aumento de capital

Vide detalhes sobre o aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de março de 2017 na Nota Explicativa nº 12 (ii)

Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

22 Lucro líquido por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	14.309	12.531
Média ponderada de ações em circulação (b)	801.870	773.957
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	17,84	16,19

23 Segmentos operacionais

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “Royalties”.

A informação segmentada por venda de cana de açúcar e serviços de laboratórios também não são relevantes.

A Administração utiliza as demonstrações financeiras e não usa nenhum indicador que não os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2018, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

24 Receita operacional

	2018	2017
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	115.468	96.396
Receitas de <i>royalties</i>	39.975	29.126
Outros - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	2.667	17.917
Outras receitas	1.448	-
Receitas de serviços	389	2.402
Receitas de serviços - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	-	442
Impostos	(15.628)	(13.490)

Total	144.319	132.793
25 Despesas operacionais por natureza		
	2018	2017
Despesas com pessoal	(57.881)	(51.988)
Perda por desvalorização (<i>impairment</i>) - Nota Explicativa nº 15	(17.467)	(14.975)
Custo dos itens relativos a receita com transferência de tecnologia	-	(12.377)
Serviços contratados	(22.712)	(18.212)
Despesas com materiais	(4.625)	(3.699)
Depreciação e amortização	(18.718)	(12.336)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa-	(15.100)	(6.387)
Despesas gerais	(9.473)	(17.073)
	(145.976)	(137.047)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	(80.537)	(79.678)
Despesas administrativas	(39.347)	(35.235)
Despesas com vendas	(13.209)	(12.160)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.883)	(9.974)
	(145.976)	(137.047)

26 Financeiras líquidas

	2018	2017
Receita com aplicações financeiras	19.409	36.069
Outras receitas financeiras	3.768	86
Receitas financeiras	23.177	36.155
Despesas bancárias	(4.774)	(5.498)
Juros sobre empréstimos	(8.134)	(8.930)
Outras despesas financeiras	(692)	(460)
Despesas financeiras	(13.600)	(14.888)
Financeiras líquidas	9.577	21.267

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2018

31 de março de 2018

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	157.258	-	-	157.258	-	157.258	-	157.258
Aplicações financeiras	73.565	-	-	73.565	-	73.565	-	73.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	37	-	37	37	-	-	37
Contas a receber	-	46.966	-	46.966	-	46.966	-	46.966
Outras contas a receber	-	100.072	-	100.072	-	100.072	-	100.072
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	191.024	191.024	-	191.024	-	191.024
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	12.163	12.163	-	12.163	-	12.163
Outras contas a pagar	-	-	323	323	-	323	-	323

31 de março de 2017

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	193.746	-	-	193.746	-	193.746	-	193.746
Instrumentos financeiros	91.000	-	-	91.000	-	91.000	-	91.000
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	229	-	229	229	-	-	229
Contas a receber	-	51.911	-	51.911	-	51.911	-	51.911
Outras contas a receber	-	98.032	-	98.032	-	98.032	-	98.032
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	228.241	228.241	-	228.241	-	228.241
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	18.401	18.401	-	18.401	-	18.401
Outras contas a pagar	-	-	452	452	-	452	-	452

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Riscos de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 31 de março de 2018, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes.

Ativos	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	8	37	229
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	8	157.258	193.746
Instrumentos financeiros	9	73.565	91.000
Contas a receber	10	46.966	51.911
Outras contas a receber	12	<u>100.072</u>	<u>98.032</u>
		<u>377.898</u>	<u>434.918</u>

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	2018	2017
A vencer	42.393	45.911
Vencido de 1 a 30 dias	1.755	1.027
Vencido de 31 a 60 dias	3.579	2.120
Vencido de 61 a 180 dias	9.981	6.255
Vencido de 181 a 360 dias	10.505	4.562
Vencido acima de 360 dias	<u>7.598</u>	<u>12.758</u>
Total (nota explicativa nº10)	<u>75.811</u>	<u>72.633</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - partes relacionadas	(13.456)	(8.572)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(15.390)</u>	<u>(12.150)</u>
Total (nota explicativa nº10)	<u>(28.845)</u>	<u>(20.722)</u>
	<u>46.966</u>	<u>51.911</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação as contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	2018	2017
Saldo inicial do exercício	20.722	14.335
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(6.977)	(336)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -	<u>15.100</u>	<u>6.723</u>
Saldo final do exercício	<u>28.845</u>	<u>20.722</u>

(*) refere-se a reversões das provisões ocorridas durante o exercício, que não afetaram o resultado do exercício, devido a baixa do contas a receber no valor equivalente.

O modelo de comercialização de variedades de cana de açúcar mediante cobrança de *royalties* é peculiar e afeta diretamente o Contas a Receber e a forma como a Companhia mitiga o risco de crédito.

Este modelo de cobrança de *royalties* foi implantado em 2012, com uma área plantada de variedades CTC já existente no Brasil superior a 400 mil *hectares* de cana de açúcar. Foram elaborados contratos de licenciamento para multiplicação de variedades com sigla CTC junto a seus clientes, que são responsáveis por todas as despesas associadas ao plantio, cultivo, colheita e processamento deste material genético.

A cana de açúcar é uma cultura semi perene, cujo ciclo produtivo é de aproximadamente seis anos, sendo a cobrança de *royalties* recorrente e anual por *hectare* plantado, durante este período. Caso este cliente se encontre em dificuldade de honrar seus compromissos financeiros junto à Companhia ao longo deste ciclo, sua inadimplência será monitorada para que ao término do ciclo da cana-de-açúcar não haja saldo devedor.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia, primeiramente, verifica se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos.

Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente - seja esta perda significativa ou não - a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão incluídos na avaliação coletiva da perda.

Levando em consideração a crise econômica que tem afetado o setor sucroenergético nos últimos anos e o número de usinas em dificuldades financeiras e/ou em recuperação judicial, a Companhia adotou diversas medidas para mitigar o risco de crédito:

- Política de crédito e cobrança aprovada pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento e cobrança ativa pela equipe comercial (aproximadamente 30 Representantes Técnicos de Vendas);

- Comitê de crédito e cobrança direciona a equipe comercial quanto a expansão de área plantada somente em clientes com *rating* de crédito satisfatório, além de decidir sobre ingresso de ações judiciais e acordos extrajudiciais, através de escritório de advocacia terceirizado e especializado; e
- Inserção de informações acerca de pendências financeiras no SERASA.

Em suma, devido à atuação da Companhia na mitigação de risco de crédito, mais de 90% dos clientes vêm operando desde o ano de 2012, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo, sua área geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras no passado.

e. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

31 de março de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 96 Meses
Fornecedores	12.163	12.163	10.508	1.656	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	191.024	224.036	46.393	38.470	51.797	35.988	37.326	14.062
31 de março de 2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 100 meses
Fornecedores	18.401	18.401	14.666	2.190	1.545	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	228.241	260.446	57.102	38.646	40.089	41.664	43.340	39.605

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		<u>Valor contábil</u>	
	Risco	2018	2017
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		12.163	18.401
Empréstimos e financiamentos		182.046	218.101
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	230.823	284.746
Empréstimos e financiamentos	TJLP	8.978	10.140

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 230.823 de aplicações financeiras a CDI e R\$ 8.978 de empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente a TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2018. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

			<u>Cenários</u>					
			<u>Provável</u>		<u>Redução do Índice em 25%</u>		<u>Redução do Índice em 50%</u>	
Instrumentos	Exposição 2018	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	230.823	Redução CDI	11,53	26.614	8,65	19.960	5,77	13.307
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	8.978	Redução TJLP	7	(628)	5,25	(471)	3,5	(314)
Resultado financeiro projetado				<u>27.742</u>	<u>28.700</u>	<u>13.621</u>		
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>-</u>	<u>(6.811)</u>	<u>(13.621)</u>		

			<u>Cenários</u>					
			<u>Provável</u>		<u>Redução do Índice em 25%</u>		<u>Redução do Índice em 50%</u>	
Instrumentos	Exposição 2017	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	284.746	Redução CDI	13,70	39.010	10,28	29.271	6,85	19.505
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.140	Redução TJLP	7,50	(760)	5,63	(571)	3,75	(380)
Resultado financeiro projetado				<u>38.250</u>	<u>28.700</u>	<u>19.125</u>		
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>-</u>	<u>(9.550)</u>	<u>(19.125)</u>		

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

	Exposição 2018	Risco	Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	230.823	Aumento CDI	11,53	26.614	14,41	33.267	17,30	39.921
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	8.978	Aumento TJLP	7	(628)	8,75	(786)	10,50	(943)
Resultado financeiro projetado				27.242		34.053		40.864
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		6.811		13.621

	Exposição 2017	Risco	Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	284.746	Aumento CDI	13,70	39.010	17,13	48.777	20,55	58.515
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.140	Aumento TJLP	7,50	(760)	9,38	(951)	11,25	(1.141)
Resultado financeiro projetado				38.250		47.826		57.374
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		9.576		19.124

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

g. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2017	2016
Ativo circulante	196.915	326.970
Passivo circulante	85.474	84.859
Índice de liquidez	2,30	3,85

28 Partes relacionadas

a. Controladora e controlador final

O Controlador final são formados pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raízen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Guarani S.A., Grupo Bunge e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga aos conselheiros e diretores é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 6.312 (R\$ 5.435 em 31 de março 2017).

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exerc, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

Contas a receber (nota explicativa 10)	2018	2017
Ferrari Agroindustrial S.A.	9.810	11.567
Grupo Virgolino de Oliveira	5.991	6.085
Usina Açucareira Ester S.A.	4.132	4.749
Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda	3.511	2.583
Usina Santa Fé S.A.	2.885	2.066
Grupo Biosev	1.812	2.194
Cocal Comercio E Industria Canaã Açucar E Alcool S.A.	2.852	1.665
Grupo Eth	6.183	501
Usina Santa Rosa S.A.	1.728	-
Grupo Bp	1.098	675
Grupo Baldin	1.174	938
Tonon Bioenergia S.A.	2.570	542
Jalles Machado S.A.	1.201	1.060
Usina Açucareira Furlan S.A.	1.468	794
Grupo Bunge	-	7
Grupo Adecoagro	1.477	590
Della Coletta Bioenergia S.A.	712	380
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	676	937
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Alcool	501	450
Usina Trapiche S.A	249	369
Grupo Unialco	971	219
Antonio Ruetto Agroindustrial Ltda	273	402
Wd Agroindustrial Ltda	125	282
Usina Batatais S.A. Açúcar E Alcool	188	158
Usina Açucareira São Manoel S.A.	190	184
Usina Santa Adelia S.A.	140	181
Usina Maringa	109	107
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	95	352
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	84	60
Usina Santa Lucia S.A.	58	43
Companhia Muller de Bebidas	-	200
Santa Vitória Açucar E Alcool Ltda	28	61
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	19	31
Usina Melhoramentos	115	93
Grupo Raizen	-	1
Goiasa Goiatuba Alcool Ltda.	-	3
Nova America Agricola Ltda	-	435
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	-	57
Usina De Açucar Santa Terezinha Ltda	-	44
Noble Do Brasil S.A	-	448
Grupo Tereos	-	883
Ggrupo São Martinho	-	697
	<hr/>	<hr/>
	52.425	43.093
	<hr/>	<hr/>
Outras contas a receber (b) - nota explicativa 12		
Aumento de capital - BNDES	90.595	90.595
	<hr/>	<hr/>
	90.595	90.595
	<hr/>	<hr/>

Parte substancial das operações da Companhia são realizadas com partes relacionadas, sendo as receitas entre os acionistas:

Receitas (a) - Nota Explicativa Nº 24	2018	2017
Grupo Biosev	12.214	7.986
Grupo São Martinho	11.654	12.257
Grupo Raízen	9.031	8.355
Grupo Bunge	7.954	4.923
Pedra Agroindustrial	6.769	6.625
Jalles Machado S.A.	4.803	4.758
Usina Ipiranga de Açúcar E Álcool S.A.	4.436	4.132
Grupo Tereos	4.553	3.094
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	3.997	4.072
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	3.905	3.486
Grupo Adecoagro	3.156	2.359
Grupo Alto Alegre	3.112	2.380
Cocal Comercio E Industria Canaã Açucar E Alcool S.A.	3.088	2.237
Grupo Bp	3.160	1.593
Grupo Eth	2.884	2.255
Noble Do Brasil S.A	2.898	1.797
Nova America Agricola Ltda	2.010	2.175
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	2.005	1.799
Grupo Virgolino de Oliveira	1.922	1.728
Usina Açucareira Ester S.A.	1.615	1.577
Usina Santa Fé S.A.	1.524	1.438
Usina Açucareira Furlan S.A.	1.468	1.300
Usina Santo Antônio S.A.	1.402	1.319
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	1.392	1.000
Usina São Francisco S.A.	1.271	1.020
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	1.219	1.214
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda.	1.255	1.120
J. Pilon Açúcar e Álcool.	1.189	1.108
Ferrari Agroindustrial S.A.	1.157	14.802
Zilor	1.091	689
Usina Santa Adelia S.A.	815	723
Usina Uberaba S.A.	800	557
Grupo Melhoramentos	788	482
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	752	637
Usina Açucareira São Manoel S.A.	759	629
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	554	236
Usina Maringá	436	429
Della Coletta Bioenergia S.A.	412	349
USJ - Açúcar e Álcool S.A.	384	404
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	380	320
Grupo Baldin	361	377
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	336	243
Wd Agroindustrial Ltda	250	286
Usina Trapiche S.A	194	372
Usina Santa Lucia S.A.	230	172
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	114	116
Santa Vitória Açucar E Alcool Ltda	111	109
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	78	81
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	12	12
Clealco Açúcar e Álcool S.A.	-	1.551
Tonon Bioenergia S.A.	1.396	1.310
Grupo Unialco	839	644
Usina Santa Rosa S.A.	-	417
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	-	13
Usina São Luiz S.A.	-	11
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	-	7
Copersucar S.A.	-	5
Energética Serranópolis Ltda.	-	2
Brazcana Agroindustrial S.A.	-	(337)
	118.135	114.755

(a) Contas a Receber e Receita - Contratos de *Royalties*
Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.

(b) Outras contas a Receber
Valores relacionados ao aumento de capital social conforme mencionado nas notas explicativas nº12 e nº21.

29 Seguros

A Companhia possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em criterioso estudo de riscos e perdas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Administração, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia.

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 36.000 para danos materiais e R\$ 37.000 para responsabilidade civil.

30 Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda fazendas, as quais estão as unidades de Piracicaba e Camamu. Na unidade de Piracicaba são realizados plantio, condução e colheita de experimentos visando o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar convencionais e geneticamente modificadas, formação de viveiros para produção e distribuição de mudas de cana-de-açúcar, e na unidade de Camamu são realizados plantio dos genitores, a manutenção dos mesmos, a coleta de informações do florescimento para realização dos cruzamentos, a montagem dos cruzamentos, a condução dos cruzamentos em ambiente isolado, o beneficiamento das sementes e o corte das coleções de genitores. Esses arrendamentos foram renovados por quatorze anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado.

O arrendamento das fazendas foi firmado há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O CTC determinou que o arrendamento das fazendas é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, e o CTC não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. A arrendante - IMOCOP Empreendimentos e Participações S.A. e Interviente - Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Objeto do arrendamento são as áreas e edificações de Fazendas no município de Piracicaba e Camamu.

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	2018	2017
Até um ano	2.915	2.637
Acima de um ano - Até cinco anos	14.493	12.304
Mais de cinco anos	18.573	18.017
	<u>33.067</u>	<u>32.958</u>

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2018	2017
Despesa com arrendamento mercantil operacional	2.932	2.579

* * *

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
CNPJ N° 06.981.381/0002-02

Conselho da Administração

Conselheiros

Luís Roberto Pogetti
Pedro Isamu Mizutani
Fábio Venturelli
Jaime José Stupiello
Jucelino Oliveira de Sousa
Martus Tavares
Luiz de Mendonça
Otavio Laje de Siqueira Filho
Pedro Wongtschowski
Fernando de Castro Reinach
Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos

Diretoria Executiva

Diretor-superintendente
José Gustavo Teixeira Leite

Diretores
William Lee Burnquist
Viler Corrêa Janeiro

Contador responsável: Evandro Rodrigues Ferreira
CRC 1SP270523/O-7

Declarações

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09 e suas alterações, os diretores do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras intermediárias relativas ao exercício encerrado em 31 de março de 2018, e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

Piracicaba, 19 de junho de 2018

José Gustavo Teixeira Leite – Diretor Superintendente

William Lee Burnquist – Diretor

Viler Corrêa Janeiro - Diretor

* * *

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. declaram que revisaram e discutiram o parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Piracicaba, 19 de junho de 2018

José Gustavo Teixeira Leite – Diretor Superintendente

William Lee Burnquist – Diretor

Viler Corrêa Janeiro - Diretor

* * *

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica, uma vez que o Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e não está constituído na presente data. As Demonstrações Financeiras são aprovadas pelo Conselho de Administração em Assembleia.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., em cumprimento às disposições legais, declara que revisou e endossa sem ressalvas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Mateus Luciano Macedo da Silva

Marlos Faria Viana

Vanessa Siqueira Samejima